



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMADS

REQUERIMENTO No. , de 2007 (do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de Audiência Pública para apurar a substituição do uso de gás natural por combustíveis poluentes como medida de enfrentamento da escassez.

Senhor Presidente.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública do Sr. Diretor Presidente da PETROBRAS S.A. , Sr. Sérgio Gabrielli e do Sr. Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. Jerson Kelman., para explicarem o quadro de escassez de gás natural e de gás natural veicular, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e as notícias de que estaria sendo proposto a indústrias consumidoras de gás natural a substituição deste insumo por outros combustíveis, com implicações graves para o aumento de emissões de gases de efeito estufa.

JUSTIFICAÇÃO

O corte do fornecimento de gás a distribuidoras no Rio de Janeiro e em São Paulo anuncia o risco de agravamento da escassez de insumos energéticos nos principais centros econômicos do Sudeste brasileiro.

O sistema de abastecimento doméstico de gás em nosso País, estruturado quando a Bolívia apresentava-se como parceiro comercial confiável e ansiava para atrair capitais externos para investir nas reservas de gás ali abundantes e transformá-las em fonte de riqueza para aquele país



CÂMARA DOS DEPUTADOS

vizinho, agora demonstra estar em xeque e não ter havido medidas preventivas e antecipadoras para evitar o desabastecimento.

Não restam dúvidas de o crescimento da economia nacional estar comprometido, não apenas pelos prognósticos de falta de oferta de insumos energéticos no horizonte de 2011, mas porque o encarecimento da energia a ser fornecida terá impacto inflacionário e repercutirá por toda a cadeia produtiva e a economia brasileira, no curto prazo (até 2011).

Não sentimos confiança na capacidade dos atuais gestores do setor energético brasileiro em oferecer alternativas e estratégicas de enfrentamento desses riscos e circunstâncias anunciadas já há mais de um ano.

Ao invés de assumirem decididamente a alternativa energética que preserve a limpeza da matriz energética brasileira, inclusive com investimentos em novas tecnologias limpas, como a eólica, a solar, a repotencialização das usinas hidrelétricas, a maior racionalidade no consumo, o combate a desperdícios ou disseminar o uso de Pequenas Centrais Hidrelétricas e da co-geração, escolhem comprar nova energia de fontes poluentes, inclusive com importação de instalações obsoletas e já desativadas em países europeus, que serão para cá transferidas.

Assim, a iniciativa de convocar para serem ouvidos pela Câmara dos Deputados os gestores públicos responsáveis pelas políticas energéticas se apresenta como inadiável e imprescindível.

Sala de Sessões, 1º. de novembro de 2007

ANTONIO CARLOS MENDES THAME
Deputado Federal